

SAÚDE PÚBLICA NO SÉCULO XXI: UMA ABORDAGEM SOBRE CONDIÇÕES SOCIAIS E SAÚDE

Volume 2

Organizadora:
Daniela Reis Joaquim de Freitas



SAÚDE PÚBLICA NO SÉCULO XXI: UMA ABORDAGEM SOBRE CONDIÇÕES SOCIAIS E SAÚDE

Volume 2

Organizadora:
Daniela Reis Joaquim de Freitas

Editora Omnis Scientia

**SAÚDE PÚBLICA NO SÉCULO XXI:
UMA ABORDAGEM SOBRE CONDIÇÕES SOCIAIS E SAÚDE**

Volume 2

1ª Edição

TRIUNFO – PE

2021

Editor-Chefe

Me. Daniel Luís Viana Cruz

Organizadora

Daniela Reis Joaquim de Freitas

Conselho Editorial

Dr. Cássio Brancaloneo

Dr. Marcelo Luiz Bezerra da Silva

Dra. Pauliana Valéria Machado Galvão

Dr. Plínio Pereira Gomes Júnior

Dr. Walter Santos Evangelista Júnior

Dr. Wendel José Teles Pontes

Editores De Área – Ciências Da Saúde

Dra. Camyla Rocha de Carvalho Guedine

Dra. Cristieli Sérgio de Menezes Oliveira

Dr. Leandro dos Santos

Dr. Hugo Barbosa do Nascimento

Dr. Marcio Luiz Lima Taga

Dra. Pauliana Valéria Machado Galvão

Assistente Editorial

Thialla Larangeira Amorim

Imagem de Capa

Freepik

Edição de Arte

Vileide Vitória Larangeira Amorim

Revisão

Os autores



Este trabalho está licenciado com uma Licença Creative Commons – Atribuição-NãoComercial-SemDerivações 4.0 Internacional.

O conteúdo abordado nos artigos, seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores.

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)**

S255 Saúde pública no século XXI [livro eletrônico] : uma abordagem sobre condições sociais e de saúde: volume 2 / Organizadora Daniela Reis Joaquim de Freitas. – Triunfo, PE: Omnis Scientia, 2021.
105 p. : il.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-88958-72-8

DOI 10.47094/978-65-88958-72-8

1. Atenção à saúde – Aspectos sociais. 2. Política de saúde – Brasil. 3. Saúde pública. I. Freitas, Daniela Reis Joaquim de.
CDD 362.1

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

Editora Omnis Scientia

Triunfo – Pernambuco – Brasil

Telefone: +55 (87) 99656-3565

editoraomnisscientia.com.br

contato@editoraomnisscientia.com.br



PREFÁCIO

A Saúde Pública pode ser definida como um conjunto de medidas executadas pelo Estado para manutenção e promoção do bem-estar físico, mental e social de sua população. Ela é basicamente gerenciada pelo Estado, mas sofre intervenção da comunidade acadêmica e científica com o intuito de promover melhorias em suas propostas para a população. Assim sendo, a pesquisa dentro da área de Saúde Pública é fundamental para seu desenvolvimento e evolução.

E o livro “SAÚDE PÚBLICA NO SÉCULO XXI: UMA ABORDAGEM SOBRE CONDIÇÕES SOCIAIS E SAÚDE, VOL 2” é a prova de que o Brasil é profícuo quando se trata de pesquisa. Esta obra é composta por trabalhos científicos produzidos na forma de artigos originais e de revisão, que abordam diferentes aspectos da saúde pública no Brasil. Todas estas pesquisas possuem campo dentro das Ciências da Saúde, Saúde Coletiva, Medicina, Ciências sociais, entre outras áreas.

Ao longo de 10 capítulos serão discutidas diferentes temáticas, com embasamento teórico-científico atualizado e discussão de conceitos importantes. Este livro é principalmente voltado para os estudantes e profissionais que desejam conhecer um pouco mais do que é produzido em pesquisa na área das Ciências da Saúde com ênfase na Saúde Pública, através de uma leitura rápida, dinâmica e com linguagem científica, porém acessível. Portanto, apresentamos ao leitor um trabalho de qualidade, atualizado e devidamente revisado por pares.

Em nossos livros selecionamos um dos capítulos para premiação como forma de incentivo para os autores, e entre os excelentes trabalhos selecionados para compor este livro, o premiado foi o capítulo 5, intitulado “DIMENSÕES DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E OS ODMS: UM ESTUDO DE CASO NO MUNICÍPIO DO ACARÁ”.

Boa leitura.

Daniela Reis Joaquim de Freitas

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1.....11

AS CONDIÇÕES SOCIAIS NA SAÚDE EM RELAÇÃO AO CÂNCER DE MAMA E O DIAGNÓSTICO PRECOCE: RELATO DE CASO

Rebeca Sousa Campelo

Nathália Gomes da Silva

Priscila Ferreira Barbosa

Fabiana Cândida de Queiroz Santos Anjos

DOI: 10.47094/978-65-88958-72-8/11-18

CAPÍTULO 2.....19

A IMPORTÂNCIA DOS MÉTODOS DE PREVENÇÃO DO CÂNCER DE COLO DE ÚTERO PARA A SAÚDE PÚBLICA: REVISÃO NARRATIVA.

Mariana Machado dos Santos Pereira

Júlio César Caixeta

Carina Vaz da Costa

Ana Paula da Silva Queiroz

Thays Peres Brandão

Elaine Gomes do Amaral

Bruna Domingos Peres

Cáritas Nogueira Rosa

DOI: 10.47094/978-65-88958-72-8/19-27

CAPÍTULO 3.....28

POLÍTICAS INCLUSIVAS DE GÊNERO À SAÚDE DA POPULAÇÃO TRANSEXUAL

Lidyane Rodrigues Oliveira Santos

Aryanne Oliveira Candeira

Cyntia Maria da Silva

Silvia Silva Barbosa

Theresa Christina F. Linhares

Kelson Antonio de Oliveira Santos

Maria Tamires Alves Ferreira

Italo Régis Vieira Da Silva

Bruno da Silva Gomes

Adriana Rodrigues Alves de Sousa

Bianka Borges de Oliveira

Érica Valnis Moreira Lima

DOI: 10.47094/978-65-88958-72-8/28-37

CAPÍTULO 4.....38

O IMPACTO DO CONSUMO DE PORNOGRAFIA NA SAÚDE MENTAL DURANTE A PANDEMIA DE COVID-19

Thaís Hoffmann Stump

Wanderlei Abadio de Oliveira

Denise de Micheli

Adriana Scatena

Felipe Anselmo Pereira

Rosana Fanucci Silva Ramos

Suzanna Araújo Preuhs

Gabriella Di Girolamo Martins

Lidiane dos Santos Souza

Willian Echeverria

Richard Aleksander Reichert

André Luiz Monezi Andrade

DOI: 10.47094/978-65-88958-72-8/38-49

CAPÍTULO 5.....50

DIMENSÕES DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E OS ODS: UM ESTUDO DE CASO NO MUNICÍPIO DO ACARÁ

Analaura Corradi

Mayra Herminia Simões Hamad Farias do Couto

Brenda Souza Moreira

Ariane Helena Coelho Raiol

Luan da Silva Freitas

Kátia Primavera das Neves

DOI: 10.47094/978-65-88958-72-8/50-62

CAPÍTULO 6.....63

INSEGURANÇA ALIMENTAR: O BRASIL E O MAPA DA FOME

Dannyele Cristina da Silva

Giovana Frazon de Andrade

Amanda Iuchemin

Lara Castanhel Ruschel

Daniela Correa

Ancelmo Schorner

Talyta Maria Sidor

Marisangela Lins

DOI: 10.47094/978-65-88958-72-8/63-75

CAPÍTULO 7.....76

MISTANÁSIA E OS DETERMINANTES SOCIAIS EM SAÚDE

Daniella Sales e Silva Chaves

Adriana Gradela

DOI: 10.47094/978-65-88958-72-8/76-84

CAPÍTULO 8.....85

ENFRENTAMENTO AO TRABALHO INFANTIL PELA EDUCAÇÃO EM SAÚDE EM UM TERRITÓRIO DE BELA CRUZ - CE

Maria Cassiana Rosa Carneiro Cunha

Morgana Gomes Izidório

Francisco Natanael Lopes Ribeiro

Antonia Gescica Arcanjo

Ana Kézia Sousa Nunes

Antonio Evandro de Sousa Melo

DOI: 10.47094/978-65-88958-72-8/85-90

CAPÍTULO 9.....91

CONTRIBUIÇÃO DO MODELO SALUTOGÊNICO DE PROMOÇÃO DA SAÚDE SOBRE A FISSURA LAPIOPALATINA

Edilma da Cruz Cavalcante

Luana Carla Bandeira Sobrinho

Ricardo Hugo Gonzalez

DOI: 10.47094/978-65-88958-72-8/91-101

INSEGURANÇA ALIMENTAR: O BRASIL E O MAPA DA FOME

Dannyele Cristina da Silva¹;

Giovana Frazon de Andrade²;

Amanda Iuchemin³;

Lara Castanhel Ruschel⁴;

Daniela Correa⁵;

Ancelmo Schorner⁶;

Talyta Maria Sidor⁷;

Marisangela Lins⁸.

RESUMO: A realidade de inúmeros brasileiros foi e é marcada pela fome. Dados históricos mostram como essa carência alimentar endêmica possui raízes profundas, provenientes de desigualdades sociais, raciais e de gênero. No ano de 2014, depois de séculos de oscilações e pioras desses fatores, o Brasil enfim saiu do mapa da fome da Organização das Nações Unidas (ONU) e possibilitou a renovação da esperança dos indivíduos acometidos pela subnutrição. O trabalho teve como principal objetivo verificar quais medidas possibilitaram a diminuição da insegurança alimentar no país e entender como sua atuação foi importante para tal fato. Se deu a partir de revisões bibliográficas e levantamento de dados, leitura de artigos e livros envolvendo a temática da fome no Brasil. Por fim, pode-se concluir que apenas uma atuação multidisciplinar com políticas públicas, órgãos de regulamentação, desenvolvimento econômico e a promoção da agricultura familiar foram capazes de desestruturar a insegurança alimentar do Brasil. É inadmissível que um dos países que mais produz alimentos e cria de gado no mundo, tenha tantas pessoas passando fome e subnutridas.

PALAVRAS-CHAVE: Insegurança alimentar. Fome. Política Pública.

FOOD INSECURITY: BRAZIL AND THE HUNGER MAP

ABSTRACT: The reality of countless Brazilians was and is marked by hunger. Historical data show how this endemic food shortage has deep roots, stemming from social, racial and gender inequalities. In 2014, after centuries of fluctuations and worsening of these factors, Brazil finally left the United Nations (UN) hunger map and made it possible to renew the hope of individuals affected by malnutri-

tion. The main objective of the work was to verify which measures enabled the reduction of food insecurity in the country and to understand how its performance was important for this fact. It was based on bibliographical reviews and data collection, reading of articles and books involving the theme of hunger in Brazil. Finally, it can be concluded that only a multidisciplinary action with public policies, regulatory bodies, economic development and the promotion of family farming were able to destabilize food insecurity in Brazil. It is unacceptable that one of the countries that produces the most food and raises livestock in the world, has so many people suffering from hunger and malnutrition.

KEY-WORDS: Food insecurity. Prevalence of Undernourishment. Public policy.

INTRODUÇÃO

“Eu sou negra, a fome é amarela e dói muito” (Carolina Maria de Jesus, 1960)

“Não é esse tipo excepcional de fome, simples traço melodramático no emaranhado desenho da fome universal, que interessa ao nosso estudo. O nosso objetivo é analisar o fenômeno da fome coletiva — da fome atingindo endêmica ou epidemicamente as grandes massas humanas” (Josué de Castro, 1946)

Carolina Maria de Jesus teve seu cotidiano marcado pela fome. Com revolta, angústia e consciência política ela escancarou o problema da fome no Brasil. Em seu livro “Quarto de Despejo: diário de uma favelada” (uma edição dos diversos diários da escritora)³, a catadora de papel, que só pode chegar ao segundo ano do Ensino Fundamental, narra a amarga realidade dos habitantes da favela do Canindé, São Paulo, na década de 1950: a violência, a miséria e as dificuldades para obter comida. A fome é tão marcante em sua vida e de seus três filhos que adquire cor na narrativa de Carolina: *amarela*. Em sua rotineira busca da sobrevivência no lixo da cidade, ela descobriu que as coisas todas do mundo — o céu, as árvores, as pessoas, os bichos — ficavam amarelas quando a fome atingia o limite do suportável.

É difícil não ficar impactado com a narrativa da fome feita por Carolina Maria de Jesus. Como a própria autora diz: é preciso conhecer a fome para descrevê-la. A sua eloquente narrativa diferencia a *fome temporária* de *fome contínua*, a pior, segundo ela, pois é uma fome sem esperança, a qual está ligada totalmente à desigualdade social. O Brasil que Carolina escancara é um país marcado pela concentração fundiária, disparidades na distribuição de renda e desigualdades raciais e de gênero. Afinal, a fome é uma das formas-limite do racismo. Pobres, negros e mulheres são, historicamente, os mais afetados pelas desigualdades e, conseqüentemente, pela fome no Brasil (MONTEIRO, 1995).

3 O Título, uma metáfora, foi dado em alusão à ideia da autora de que as favelas são quartos de despejo de uma cidade, ou seja, pobres e negros devem ficar ‘escondidos’ em espaços definidos e longe da convivência social com brancos e ricos. Quarto de Despejo foi traduzido para 13 línguas e hoje é uma importante referência para os estudos socioculturais no Brasil.

Os escritos de Carolina Maria de Jesus, feitos em papéis encardidos que encontrava no lixo, contribuíram para expor a realidade de inúmeros brasileiros marcados pela miséria e pressionaram no entendimento da fome como problema de responsabilidade pública. “O Brasil precisa ser dirigido por uma pessoa que já passou fome” dizia, pois só quem a conhece tem interesse em findar com ela. Quando o país finalmente saiu do mapa da fome em 2014, Carolina Maria de Jesus já havia falecido. A redistribuição de renda, como ela previa, e Programas específicos de combate à fome e desnutrição, afastaram a fome de milhões de lares brasileiros.

Infelizmente, o fantasma da fome – que está sempre à espreita – retornou nos últimos anos, amarelado, novamente, “as coisas do mundo” para um número considerável de pessoas. Isso fica evidente ao olhar para os dados divulgados, em agosto de 2020 pelo Fundo das Nações Unidas (UNICEF), obtidos na pesquisa Impactos Primários e Secundários da Covid-19 em Crianças e Adolescentes, revelando que 49% da população brasileira com 18 anos ou mais declarou ter mudado os hábitos alimentares durante o período de Covid-19 no Brasil, isso fica ainda mais alarmante, ao destacar que mais da metade da população (55%) teve decréscimo na sua renda familiar durante o período da pandemia (UNICEF, 2020).

Ao mesmo tempo em que Maria Carolina de Jesus vivia as dramáticas experiências de não ter o que comer, o médico pernambucano Josué de Castro também empreendia uma luta diária contra a fome e na qual estava envolvido desde os anos 1930. As desigualdades sociais que permeiam todo o contexto brasileiro, nesta época era relacionado às origens climáticas e étnicas, porém os autores citados afirmavam serem tais estigmas causados por razões sociais, e delineados por estruturas impostas à sociedade.

Na década de 1930⁴ Josué de Castro estava envolvido nas pesquisas sobre as condições de vida de trabalhadores em Pernambuco. Enquanto trabalhava em conjunto com o Departamento de Saúde Pública do Estado, escreveu um ensaio marcante sobre *as condições de vida das classes operárias no Recife (estudo econômico de sua alimentação)*, publicado em 1935 no Rio de Janeiro⁵. Para desenvolver seu estudo sobre o problema alimentar da população operária do Recife, o autor Josué de Castro selecionou e levantou dados em três bairros, sendo eles: Santo Amaro, Encruzilhada e Torre. As conclusões do autor foram desanimadoras, mas esperadas pelo mesmo, discutindo o fato de que os trabalhadores possuíam péssimas condições de moradia e se de alimentação, do ponto de vista quantitativo quer do qualitativo. Destaca que a renda dos trabalhadores proporcionava as condições de vida, assim em sua maioria vivia com fome, pois o financiamento era insuficiente para selecionar alimentos. (ANDRADE, 1997)

4 Naquela década publicou vários livros, por editoras de prestígio nacional e internacional, como *O problema da alimentação no Brasil*, em 1933; *Salário mínimo*, em 1935; *Alimentação e raça*, em 1936; *Documentário sobre o Nordeste e Alimentação brasileira à luz da geografia humana*, em 1937; *Science et technique*, em 1938; *Festa das letras*, em colaboração com Cecília Meireles, em 1939, ano em que viajou para a Itália como professor visitante das universidades de Roma e de Nápoles, a fim de fazer conferências sobre os problemas de alimentação nos trópicos, assim consolidando o seu prestígio como cientista, especialista em nutrição, no plano internacional. (ANDRADE, 1997)

5 ANDRADE, Manuel Correia de. Josué de Castro: o homem, o cientista e seu tempo. *Estudos Avançados*, São Paulo, 11 (29), p. 169-194, 1997.

O trabalho desenvolvido por Josué de Castro, o deixa sensibilizado com o problema da fome, o retrato do município de Recife reflete a situação do Brasil, o que levou a decisão de ampliar seus estudos para a análise não apenas para reconhecer geograficamente a prevalência da fome em si e dos aspectos que assolam as pessoas mal alimentadas, mas de buscar reconhecer os fatores que contribuem para ocorrência da fome e da ameaça que representava para a humanidade, das sequelas deixadas nas pessoas mal alimentadas, sobretudo nas repercussões na esperança de vida, na produção e no desenvolvimento intelectual (ANDRADE, 1997)

Para Josué de Castro o ponto principal atribuído ao problema da fome era o resultado do de todo o processo histórico vivência no país desde sua independência política do país, tal fato, diretamente ligado ao subdesenvolvimento político, eixo central para perpetuação deste grave problema social (ANDRADE, 1997). Assim, o autor Josué de Castro discorreu sobre temas de extrema relevância até sua morte, em 1974, o tornando referência nacional e internacional, para compreender o fenômeno da fome e suas características sociais.

Sua obra de maior destaque fruto de suas pesquisas e estudos a respeito da situação alimentar e da fome dominante no país, foi o livro: *Geografia da fome. A fome no Brasil*, publicado em 1946. Nesta obra o autor se desdobra a compreender sistematicamente, agora em todo território nacional, o grande problema nacional, a fome, e para além, discorrer sobre toda sua trajetória, apontando o contexto histórico e social do país, que submeteu e originou este quadro.

Em *Geografia da Fome* defende a ideia de que todo o Brasil está sob condição de fome, seja ela aberta (os casos de magreza, de nítida desnutrição) ou “frustra” (deficiências calóricas, vitamínicas e minerais, por vezes indetectáveis ao exame visual). Variavam, portanto, grau e tipo de fome, mas a incidência seria nacional. É reafirmada a identidade de Brasil como país faminto, tendo por consequência prejuízos à organização social e à qualidade do povo (Castro, 1946, p. 244).

Segundo ele:

Não só a fome total, a verdadeira inanição que os povos de língua inglesa chamam de *starvation*, fenômeno, em geral, limitado a áreas de extrema miséria e a contingências excepcionais, como o fenômeno muito mais frequente e mais grave, em suas consequências numéricas, da fome parcial, da chamada fome oculta, na qual, pela falta permanente de determinados elementos nutritivos, em seus regimes habituais, grupos inteiros de populações se deixam morrer lentamente de fome, apesar de comerem todos os dias. É principalmente o estudo dessas coletivas fomes parciais, dessas fomes específicas, em sua infinita variedade, que constitui o objetivo nuclear do nosso trabalho.

Além disso, suas pesquisas conjugaram o estudo do meio físico com as condições histórico-sociais, resultando em uma análise sociológica da fome no Brasil: A fome no Brasil é consequência, antes de tudo, de seu passado histórico, com os seus grupos humanos sempre em luta e quase nunca em harmonia com os quadros naturais. Luta, em certos casos, provocada e por culpa, portanto, da agressividade do meio, que iniciou abertamente as hostilidades, mas quase sempre por inabilidade do elemento colonizador, indiferente a tudo que não significasse vantagem direta e imediata para os seus planos de aventura mercantil. Aventura desdobrada em ciclos sucessivos de economia destrutiva ou,

pelo menos, desequilibrante da saúde econômica da nação: o do pau-brasil, o da cana-de-açúcar, o da caça ao índio, o da mineração, o da “lavoura nômade”, do café, o da extração da borracha e, finalmente, o da industrialização artificial baseada no ficcionismo das barreiras alfandegárias e no regime de inflação. É sempre o mesmo espírito aventureiro se iniciando, impulsionando mas, logo a seguir, corrompendo os processos de criação de riqueza no país. É o “fique rico” tão agudamente estigmatizado por Sérgio Buarque de Holanda em *Raízes do Brasil*, a impaciência nacional do lucro turvando a consciência dos empreendedores e levando-os a matar sempre todas as suas “galinhas de ovos de ouro”. Todas as possibilidades de riqueza que a terra trazia em seu bojo (Castro, 1946, p. 245-246).

A “fome amarela”, de Maria Carolina de Jesus, e a *Geografia da Fome*, de Josué de Castro, continuam a marcar, indelevelmente, a vida de muitos brasileiros e brasileiras, fazendo com que, atualmente, o Brasil figure novamente no Mapa da Fome da Food and Agriculture Organization (FAO).

O objetivo do presente trabalho é discorrer, por meio de revisões bibliográficas e de dados, sobre como o Brasil saiu do mapa da fome na ONU em 2014. Reunir os principais fatores relacionados a políticas públicas, leis de promoção da agricultura familiar e desenvolvimento econômico, que contribuíram para o aumento da segurança alimentar no país, mostrando, também, como a atuação multidirecional foi importante para tais resultados. Além disso, possibilitar aos alunos um melhor entendimento e compreensão do assunto.

Contudo, por um breve período em nosso país, a fome deixou de fazer parte da nossa realidade, e tanto Maria Carolina de Jesus, quanto Josué de Castro puderam descansar em paz. Como isso aconteceu? Essa é a questão que esse trabalho procura responder.

Em tempo, cabe ressaltar, que essa discussão não está separada das questões que dizem respeito à *Segurança Alimentar e Nutricional e Soberania Alimentar*, temas que passaram a compor a agenda política e dos movimentos sociais ao longo do histórico processo de ações de combate à fome no Brasil.

Segurança Alimentar e Nutricional é a garantia do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base, práticas alimentares promotoras da saúde que respeitem a diversidade cultural e que seja ambiental, cultural, econômica e socialmente sustentável. Ela deve atender aos princípios da variedade, qualidade, equilíbrio, moderação e prazer (sabor), considerando as especificidades de gênero, raça e etnia e as formas de produção ambientalmente sustentáveis, livre de contaminantes físicos, químicos e biológicos e de organismos geneticamente modificados (TEIXEIRA, et. al, 2019).

No Brasil foram realizadas cinco Conferências Nacionais de Segurança Alimentar e Nutricional. A III Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN), realizada em 2003, afirmou a segurança alimentar e nutricional como um direito humano fundamental e uma expressão da soberania alimentar dos povos.

O termo segurança alimentar começou a ser utilizado na Europa após a I Guerra Mundial, ligada à ideia de segurança nacional, após a II Guerra Mundial, a expressão começou a ser tratada como uma situação de indisponibilidade insuficiente, ou seja, um problema de pequena produção de alimentos. Entretanto, no final da década de 1970, com o aumento da produção de alimentos, a realidade de que a fome e a desnutrição são resultantes da falta de acesso aos alimentos e não da produção veio à tona – a chamada Revolução Verde não trouxe o declínio da fome como prometia. Um outro aspecto são as distintas manifestações de insegurança alimentar: insegurança alimentar leve, moderada e grave, que configura fome, especificamente (PEREIRA SILVA, 2014).

Por sua vez, Soberania Alimentar refere-se ao direito dos povos e nações de defender sua cultura alimentar e decidir sobre as formas de cultivo, distribuição, consumo e preparo dos alimentos. E isso tem a ver com o respeito às culturas e à diversidade dos modos camponeses, pesqueiros e indígenas de produção agropecuária, de comercialização e de gestão dos espaços rurais, nos quais as mulheres desempenham um papel fundamental. É um conceito construído desde a luta popular e dos movimentos sociais como contraponto a uma visão neoliberal da vida e da produção e consumo de alimentos (TEIXEIRA, et. al, 2019).

Para que o leitor possa compreender o contexto histórico e social que permeia a trajetória nacional no combate a fome e as perspectivas atuais relacionadas, o tema será discorrido em tópicos, divididos aqui didaticamente em três partes: inicialmente a formulação de políticas públicas, seguido pelas estratégias obtidas para o desenvolvimento da agricultura familiar e, por fim, os aspectos econômicos envolvidos no processo.

Políticas públicas de combate à fome

A fome e a miséria no Brasil possuem raízes profundas e históricas, e, somente um conjunto de esforços, poderiam colaborar para que o Brasil superasse esse grande problema social. A partir da virada do milênio, as discussões em torno da criação de políticas públicas de combate a fome se intensificam, a sociedade civil passou a exigir a formulação e implantação de políticas de SAN mais abrangentes e eficazes. Ao longo de 2001, como parte integrante do plano de governo da candidatura de Luís Inácio Lula da Silva à presidência da República, foi proposto o “Projeto Fome Zero: uma proposta de política de segurança alimentar para o Brasil” que prometia uma política de apoio à agricultura familiar, o direito à Previdência Social, o direito à complementação de renda, a ampliação da merenda escolar e o apoio a programas criados por governos estaduais e municipais.

Segundo dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) de 1999, o “Fome Zero” identificou, em 2001, a existência de 44 milhões de pessoas (28% da população brasileira) eram vulneráveis à fome. Identificando que as causas da fome eram estruturais, e estão relacionadas ao modelo de desenvolvimento adotado no país “[...] não é a falta de disponibilidade de alimentos, mas sim o acesso a eles” (INSTITUTO CIDADANIA, 2001b, p. 19). Tendo então insuficiência da demanda efetiva causada por concentração de renda, baixos salários, desemprego e baixos índices de crescimento econômico, componentes endógenos do atual padrão de crescimento e, portanto, resulta-

dos inseparáveis do modelo econômico vigente (gerando um círculo vicioso da fome).

Em 2002, Lula se elege e em seu primeiro discurso como presidente, afirma que “[...] se, ao final do meu mandato, cada brasileiro puder se alimentar três vezes ao dia, terei realizado a missão de minha vida” (TAKAGI, 2010 apud IPEA, 2014, p. 31). E desencadeia logo de início importantes iniciativas na área, dentre elas, a criação do Ministério Extraordinário da Segurança Alimentar e Combate à Fome (Mesa), a recriação do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea) e o início de diferentes ações do “Fome Zero”.

Procurando desempenhar suas funções, o Consea nacional, já em sua nova configuração, realizou a II Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional

(II CNSAN), com o tema “A Construção da Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional” que posteriormente visavam ações para assegurar o acesso à alimentação, à soberania alimentar, à qualidade alimentar, ao respeito às culturas alimentares, à busca por sistemas mais sustentáveis de produção, à institucionalização da SAN (lei, regulamentação, políticas e planos) e à alimentação como um direito humano. Cabe ainda ressaltar que nesta conferência incorporou-se, de vez, o aspecto nutricional e da qualidade alimentar. Inúmeras políticas públicas, em conjunto, contribuíram não só para a saída do Brasil do mapa da fome, como também numa maior igualdade de renda e acesso à alimentos em quantidade suficientes. Dentre elas, encontram-se o bolsa família, programa de transferência, o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), que proporciona refeições gratuitas aos alunos de escola pública, especialmente os de baixa renda, leis de Segurança Alimentar e Nutricional (Lei Nº 11.346) que estabelece a alimentação segura e acesso à alimentos de qualidade, um direito a todos. (FAO, 2014).

Ademais, instrumentos como a Escala Brasileira de Insegurança Alimentar (EBIA), atuam na orientação das políticas públicas, indicando mudanças, avanços ou regressões, que direcionam uma adequação dos recursos. Permite, uma análise da SAN no Brasil. (CORRÊA, LEON, 2009). A abertura de restaurantes populares representa uma parcela importante do conjunto de políticas de combate à fome, pois favorecem o acesso a refeições saudáveis e de baixo custo. (GONÇALVES, 2011)

Segundo o Governo Federal Brasileiro, no escopo de órgãos públicos, encontram-se o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN) criado pela Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006, que monitora a progressão da segurança alimentar no país, a Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional (CAISAN), criada através do decreto nº 6.273, de 23 de novembro de 2007, atualizado pelo Decreto nº 10.713, de 7 de junho de 2021, o qual define como um órgão colegiado e consultivo, responsável por elaborar e coordenar a execução da Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional e do Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, que articula e integra diversos os órgãos, com o objetivo geral de promover a segurança alimentar e nutricional.

Alves e Jaime (2014) destacam que a incorporação da intersetorialidade nas políticas públicas, em especial, nas voltadas a promoção da Segurança Alimentar e Nutricional revelam sua importância ao possibilitar a articulação de diferentes áreas técnicas, contribui potencialmente para produzir melhores condições para garantia de direitos à população. Desta forma, a valorização da construção

política para garantir o acesso e direito à alimentação digna, foi a principal estratégia para que enfim o país alcançasse melhores condições.

Desta forma, conforme o relatório anual de 2014 divulgado pela FAO, Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura, naquele ano, o Brasil saiu do mapa da fome mundial. O relatório mostra que, de 2002 a 2013, caiu 82,1% a população brasileira considerada em situação de subalimentação, possuindo apenas 1,7% (cerca de 3,4 milhões de pessoas) de subalimentados, o que significa dizer que 98,3% da população brasileira têm segurança alimentar. De acordo com Campello, foi uma grande vitória.

Promoção da agricultura familiar

A agricultura familiar no Brasil, hoje, produz a maior parte dos alimentos que abastecem a mesa da população. Segundo levantamentos feitos, cerca de 70% dos alimentos que chegam à mesa das famílias brasileiras são produzidos na pequena propriedade rural familiar. Por conta disso a agricultura familiar tem cada vez mais importância para a garantia da soberania alimentar não só no Brasil, mas em outros lugares do mundo (JUNIOR, 2013).

Diante deste cenário, em 24 de julho de 2006, foi estipulada a “Lei da Agricultura Familiar” através da Lei nº 11.326, a qual estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais.

Existem várias relações da segurança alimentar com a agricultura familiar. A mais lembrada, é como provedora de alimentos para a população, indo além da produção agroalimentar. Há também, uma relação com a criação de oportunidades de trabalho e de apropriação de renda às famílias envolvidas, melhorando assim, a oferta de alimentos em âmbito regional e nacional, oportunizada pelo acesso ao crédito rural destinado ao agricultor familiar (HANAUER, 2015).

De fato, a agricultura familiar possui um papel importante no desenvolvimento rural brasileiro, e para garantir a seguridade do agricultor familiar, é preciso haver políticas públicas efetivas e que compreendem a sua realidade socioeconômica. O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) tem se firmado como a principal política pública do Governo Federal para apoiar os agricultores familiares. O surgimento deste programa representa o reconhecimento e a legitimação pelo Estado, em relação às especificidades de uma nova categoria social, os agricultores familiares (HANAUER, 2015).

Também, o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), criado pelo art. 19 da Lei nº 10.696, de 02 de julho de 2003, traz a discussão da segurança alimentar e nutricional, e por segundo, contribui para o reconhecimento da agricultura familiar, que já havia ganho maior expressão com a criação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) em 1996, mas que, até então, ficara à margem das ações do Estado (GRISA, 2010).

Esse Programa, adquire os produtos dos agricultores familiares (com dispensa de licitação) e

repassa-os aos programas públicos e organizações sociais que atendem pessoas com dificuldade de acesso aos alimentos ou em situação de risco alimentar. O orçamento do PAA é composto por recursos do Ministério da Cidadania e sua execução pode ser feita por meio de seis modalidades: Compra com Doação Simultânea, Compra Direta, Apoio à Formação de Estoques, Incentivo à Produção e ao Consumo de Leite, Compra Institucional e Aquisição de Sementes.

No Programa Fome Zero, o PAA foi criado como uma das ações estruturantes, e define-se enquanto como um Programa intersetorial, e, tem sido acompanhado ao longo de toda sua trajetória de formulação e implementação pelo Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA) e por diferentes organizações da sociedade civil (GRISA, 2010).

Outra questão que também está muito relacionada a agricultura familiar é o uso indiscriminado de agrotóxicos que tem colocado o Brasil na liderança mundial de consumo destas substâncias (LONDRES, 2011) que aliadas a uma tecnologia remanescente da Revolução Verde vêm causando sérios impactos negativos à vida, prejudicando o ambiente e a saúde da população do campo.

Os agrotóxicos têm relação direta com um modelo produtivo de agricultura e práticas que tornam os agricultores dependentes de recursos externos e não garantem a segurança alimentar do que é produzido (LONDRES, 2011). Desta forma o combate ao uso indiscriminado de agrotóxicos tem sido uma das principais bandeiras de luta de movimentos sociais e agroecológicos, e de programas, como o Programa Nacional de Redução de Agrotóxicos (PRONARA).

O Pronara foi elaborado de forma a orientar e organizar diferentes iniciativas do governo de forma a desencadear a construção de mecanismos: de restrição ao uso, produção e comercialização de agrotóxicos no país, com especial atenção para aqueles com alto grau de toxicidade e eco toxicidade; de incentivo à redução do uso dos agrotóxicos pela conversão para sistemas de produção como os orgânicos e de base agroecológica; e de educação em torno da temática agrotóxicos de forma a conscientizar a população dos problemas advindos do seu uso, bem como as alternativas existentes para o seu enfrentamento.

Desenvolvimento econômico

Nos anos 90, mais especificamente em 1999 a taxa de desemprego no Brasil estava em 8%, maior índice registrado desde a criação do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em 1982 até o período de transformações os quais foram discutidos neste capítulo, que possibilitaram a saída do Brasil do mapa da fome. Mas cabe, ressaltar que segundo os dados levantados pelo (IBGE, 2021), a pandemia hodierna, contribuiu para o aumento da taxa de desemprego de 14,1% para o segundo semestre de 2021.

“O consumo das famílias é de longe o componente mais importante do produto interno bruto (PIB)” - (SCHETTINI, 2011), assim podemos traçar um paralelo entre os aspectos econômicos e a autonomia alimentar. Subsidiar a defesa do “Estado mínimo” e o abandono de políticas públicas básicas foram e são fundamentais para o retorno de nossa população para condições precárias, invertendo

a busca por dignidade e direitos, ao ponto de transformá-la, assim como, toda e qualquer manifestação política inclusiva de assistencialismo em demasia.

Fica explícito a relação direta entre a renda e o acesso ao consumo alimentar, para isso, retomamos uma perspectiva histórica sobre a representação econômica sob a segurança alimentar e nutricional. Na transição político governamental dos anos 90 para a primeira década dos anos 2000 para se tornar viável o crescimento econômico do país era necessário o aporte de investimento em infraestrutura, assim se dá o suporte para as operações dos setores econômicos, que puderam obedecer a sua finalidade de geração de renda.

No período de 1999 o salário-mínimo (Lei nº 9971, de 2000) era de R\$ 136,00 e quando entra em 2002 o novo governo passa-se à R\$ 200,00 (Lei nº 10525, de 2002), e segue tendo consecutivos aumentos que deixam notória a melhora da situação econômica do país, em 11 anos o aumento real do salário-mínimo foi de 180 reais.

No ano de 2013, ano em que o Brasil saiu do mapa da fome da ONU, o salário-mínimo já estava em R\$ 678,00 (aumento de R\$ 298,00 reais em relação a 2007). Com esse aumento no salário as rendas das famílias aumentaram e conseqüentemente seu consumo. Esses valores também nos dão um comparativo da situação econômica do país em seus respectivos anos.

Mas, para que esses aumentos fossem possíveis houve grande geração de empregos, no final dos 12 anos de governo Lula somavam-se cerca de 20 milhões de novos empregos gerados que promoveram o aumento do salário-mínimo em 77%. Segundo os dados da Relação Anual de Informações Sociais (Rais) o estoque de vínculos trabalhistas no país fechou durante os governos do PT: 48,9 milhões, em 2013, 49,5 milhões, em 2014 e 48 milhões, em 2015 de empregos (IBGE, 2013, 2014, 2015).

O governo Lula destaca-se pela estabilização econômica, diminuição da pobreza por meio de suas políticas públicas deixando o país economicamente favorável para crescer e fortalecer a imagem do Brasil frente ao mercado internacional, criação do PAC (Programa de Aceleração e Crescimento) que serviu de grande aporte para as políticas de crescimento do país e a criação do Bolsa-Família que apresenta um dos melhores resultados de transferência de renda entre as famílias (as taxas de crescimento do país que podem ser vistas pelo PIB são 1,1% em 2003, 5,7% em 2004, 3,2% em 2005 e 4% em 2006), -(IBGE, 2003, 2004, 2005, 2006).

Um fator de grande importância para o crescimento econômico do país foram as exportações para a China que desde 2009 é o principal parceiro comercial do Brasil. Os principais produtos exportados para a China são soja, minério de ferro, laminados, semimanufaturados de ferro e aço, celulose e papéis. As exportações brasileiras de produtos não agrícolas para a China foram de US\$ 21,31 bilhões em 2014 (AgroSat Brasil a partir dos dados da SECEX/MDIC).

Fato que iniciativas econômicas concretas, viáveis e duradouras subsidiam melhores caminhos para que populações pobres, excluídas e marginalizadas tivessem um acesso consistente às melhores condições de vida e cidadania plena. Promover iniciativas de inclusão social proporciona o

aumento da renda gerada em uma determinada cadeia de produção e contribui para o protagonismo de comunidades, por vezes, excluídas do processo de tomada de decisão. Além disso, a geração de trabalho e renda traz melhorias nas condições gerais de vida, favorecendo diretamente ao tema central deste capítulo, a manutenção da segurança alimentar e nutricional (BRASIL, 2010).

CONCLUSÃO

A fome e a miséria assolaram muitas famílias brasileiras. Os fatos relatados por Maria Carolina de Jesus em seu diário “quarto de despejo” foram a realidade de inúmeras pessoas por anos em um Brasil que não dava esperanças de melhoras. No presente trabalho foi abordado os fatores que fizeram com que essas famílias tivessem uma melhor qualidade de vida e o que comer. Discorreu-se, então, como o Brasil deixou o mapa da fome da ONU em 2014.

Com pesquisas bibliográficas e a elaboração deste trabalho escrito, conclui-se que a fome é um problema estrutural brasileiro proveniente de muitas desigualdades. Somente uma atuação multidisciplinar é capaz permitir um controle e diminuição da insegurança alimentar. Observa-se como a adoção de medidas sociais como o bolsa família, possibilitou uma melhor distribuição de renda entre as famílias, e a geração de milhões de empregos foram importantes para uma melhoria das condições de bem-estar da população. Mas, não somente a realização dessas políticas públicas irá de manter esse cenário estável, faz-se necessário a manutenção, desenvolvimento e promoção de políticas de combate à fome constantemente.

Atualmente o Brasil está ameaçado a voltar para o mapa da fome, o que mostra como é indispensável que os órgãos públicos sempre cuidem dos aspectos relacionados a manutenção da segurança alimentar, criando mais iniciativas e não as destruindo. Sugere-se, portanto, a reestruturação do COENSA e de programas de combate à fome e a miséria no Brasil.

REFERÊNCIAS

AMARAL, Volmir Ribeiro. BASSO, David. Segurança Alimentar e Nutricional no Brasil: uma análise em perspectiva histórica Revista do Desenvolvimento Regional - Faccat - Taquara/RS - v. 13, n. 1, jan./jun. 2016.

ANDRADE, Manuel Correia de. Josué de Castro: o homem, o cientista e seu tempo. Estudos Avançados, São Paulo, 11 (29), p. 169-194, 1997

BRASIL. **VOLUME I Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome Brasília 2010.** [s.l: s.n.].

CASTRO, J. **Geografia da fome.** Rio de Janeiro: Editora O Cruzeiro, 1946.

COMISSÃO NACIONAL DE AGROECOLOGIA E PRODUÇÃO ORGÂNICA. Proposta PRONARRA: Programa Nacional de Redução de Agrotóxicos. Brasília: Brasil Ecológico, 2014. 37 p.

FAO. Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura. O estado de segurança alimentar e nutricional no Brasil: um retrato multidimensional. Brasília: FAO, 2014.

GABOARDI JUNIOR, Alcides. A importância da produção na agricultura familiar para a segurança alimentar. 2013. 12 f. - Curso de Direito Ambiental, Universidade Federal do Paraná, Paraná, 2013.

Gonçalves et al. Rev Gestão & Pol Públicas 1(1):92-111, 2011

HANAUER, Luana dos Santos et al. A importância do crédito rural (PRONAF) no desenvolvimento da agricultura familiar no território rural da produção/RS. 2015. 19 f.

- Curso de Bacharel em Ciências Econômicas, Universidade Federal de Santa

Maria, Mesorregião do Noroeste do Rio Grande do Sul, 2015

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas. Disponível em <<https://www.ibge.gov.br/>>

IBGE. (2021). *Desemprego*. <https://www.ibge.gov.br/explica/desemprego.php>.

JESUS, Carolina Maria. Quarto de despejo: diário de uma favelada. 10ª edição. São Paulo: Ática, 2014.

LIMA, Mário Sérgio. [01/04/2021] Inflação e pandemia podem empurrar Brasil de volta ao Mapa da Fome. Disponível em: <<https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/inflacaoe-pandemia-podem-empurrar-brasil-de-volta-ao-mapa-da-fome/>>. Acesso em 29.ago/2021.

LULA DA SILVA, Luiz Inácio. **Prefácio**. In: ARANHA, Adriana Veiga. (Org^a.) Fome Zero: Uma História Brasileira. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Assessoria Fome, 2010, p. 11.

PAJOLLA, Murilo. [2021]. Afinal, o Brasil está ou não no Mapa da Fome da ONU? Disponível em: <<https://www.brasildefato.com.br/2021/06/30/afinal-o-brasil-esta-ounao-no-mapa-da-fome-da-onu>> acesso em: 28 ago.2021.

Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (PLANSAN) com vigência correspondente ao *Plano Plurianual (PPA) da União*, 2012 a 2015.

Segall-Corrêa, Marin-Leon. A Segurança Alimentar no Brasil: Proposição e usos da Escala Brasileira de Medida da Insegurança Alimentar (EBIA) de 2003 a 2009. Segurança Alimentar e Nutricional, Campinas, 16(2): 1-19, 2009

TEIXEIRA, Anna Carolina Carvalho Batista, GALINDO, ErykaDanyelle Silva e AGUIAR, Vilênia Venâncio Porto Aguiar. (Orgs.) Pela autodeterminação dos povos, com soberania alimentar e energética pela proteção e conservação da sociobiodiversidade e acesso aos bens comuns (Cadenó 2). Brasília, s/e, 2019.

YASBEK, Maria Carmelita. O Programa Fome Zero no contexto das Políticas Públicas Sociais Bra-

sileiras. São Paulo em Perspectiva, 18(2): 104-112, 2004

SCHETTINI, B. P. et al. (2011): Novas evidências empíricas sobre a dinâmica trimestral do consumo agregado das famílias brasileiras no período 1995-2009, Texto para Discussão, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), No. 1614

“O Cenário Econômico no Governo FHC E LULA”. Disponível em: <O Cenário

Econômico no Governo FHC E LULA (administradores.com.br)>. Acesso em: 29.08.21

Relatório indica que o Brasil saiu do Mapa Mundial da Fome em 2014. FAO 2014. Disponível em <<http://www.fao.org/3/i4030e/i4030e.pdf>>. Acesso em 28/08/2021.

UNICEF. (2020). *Impactos primários e secundários da Covid-19 em Crianças e Adolescentes*. Unicef.Org.

ÍNDICE REMISSIVO

A

acesso à água encanada 51, 60
ações intersetoriais organizadas 86
agentes oncogênicos 20, 21
analfabetismo 51, 54, 55, 56, 57, 59, 60
anomalia congênita facial 91, 92

C

câncer 11, 12, 15, 16, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27
Câncer de mama 11
câncer do colo do útero 20, 21, 22, 27
carência alimentar 63
Centro de Referência Especializado de Assistência Social - CREAS 85
cistos 11, 12, 16
citologia oncótica 20
classes sociais 20, 21
consumo de pornografia 39, 41, 43, 45
conteúdos pornográficos 39, 40, 41, 42, 43, 45
conteúdos pornográficos on-line 39
COVID-19 38, 39, 40, 41, 42, 43, 46, 47, 48, 49, 79, 82, 83
crianças e adolescentes 85, 87, 89, 90, 98

D

desenvolvimento social 86
desenvolvimento sustentável 50, 51, 52, 53, 58, 59, 61
desenvolvimento sustentável e os ODM 51
desigualdades sociais 31, 60, 61, 63, 65
desnutrição 65, 66, 68, 76, 80
determinantes sociais na saúde 76
Diagnóstico 11, 41, 44, 46
Direito a saúde 76

Direitos Fundamentais 76, 83
doenças crônicas 76, 78, 79, 98
doenças infecciosas 76

E

Educação Popular em Saúde 85
equidade de gênero 29, 32
Estágio Supervisionado 85, 87
exame Papanicolaou 20, 22
exame preventivo 20, 22, 23, 25, 26
exclusão social e saúde 76, 78

F

fibroadenoma 11, 12, 16, 18
fissura labiopalatina (FLP) 91, 92
fome 53, 54, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 81

G

Gastos 11
gênero/sexo 29, 30

I

identidade de gênero 29, 30, 32, 33, 35, 36
indicadores dos ODM 51
insegurança alimentar 63, 68, 73
isolamento social 39, 41, 43, 97

M

mamografia 11, 13, 16
mapa da fome 63, 65, 73
mistanásia 76, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 83
Modelo Salutogênico 91, 93, 94, 95, 96, 97, 98
mortalidade infantil 51, 54, 55, 59, 60

N

nódulo na mama 11, 12

O

Objetivos do Desenvolvimento do Milênio (ODM) 51, 53

Organização das Nações Unidas (ONU) 51, 63

P

Papilomavírus Humano (HPV) 20, 21, 27

Plano Nacional de Enfrentamento à Violência e Discriminação contra LGBT 29, 33, 35

pobreza 51, 53, 54, 55, 57, 58, 59, 60, 72, 80, 81, 87

Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais e Transgêneros (LGBT) 29, 35, 37

políticas inclusivas 29, 31, 32

políticas inclusivas de gênero 29, 32

população trans 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 37

pornografia 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48

preconceito 29, 30, 31, 34

preconceitos velados 29, 31

preparo profissional 29, 31

Processo Transexualizador do SUS 29, 35

promoção da agricultura familiar 63, 67

Q

questões ambientais e sociais 50, 52

S

Saúde da mulher 11

saúde e população trans 29

saúde mental 29, 31, 44, 46

Saúde Pública 6, 20, 37, 65, 85, 99

Serviço Social 85, 86, 87

sociedade 29, 30, 31, 33, 52, 58, 60, 65, 68, 71, 87, 89

subnutrição 63

suicídio 29, 31

T

trabalho infantil 85, 86, 87, 88, 89

transexuais 29, 30, 31, 32, 33, 35, 37

transexuais e saúde 29

U

uso excessivo de pornografia 39, 41, 42, 44, 46

V

vida das crianças e dos adolescentes 86

vida sexual 13, 39, 45

violações de direitos de crianças e adolescentes 86

violência 29, 31, 34, 35, 64, 81, 84, 87

vulnerabilidade social 83, 84, 85, 87

editoraomnisscientia@gmail.com 

<https://editoraomnisscientia.com.br/> 

@editora_omnis_scientia 

<https://www.facebook.com/omnis.scientia.9> 

+55 (87) 9656-3565 

editoraomnisscientia@gmail.com 

<https://editoraomnisscientia.com.br/> 

@editora_omnis_scientia 

<https://www.facebook.com/omnis.scientia.9> 

+55 (87) 9656-3565 